



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS

PROMOTING THE SCHOOL INCLUSION OF AUTISTIC CHILDREN IN MUNICIPAL ELEMENTARY SCHOOLS: STRATEGIES, CHALLENGES AND IMPACTS

PROMOVIENDO LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE NIÑOS AUTISTAS EN LAS ESCUELAS PRIMARIAS MUNICIPALES: ESTRATEGIAS, DESAFÍOS E IMPACTOS

Eliane Dias Correia Oliveira¹

e4124624

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i12.4624>

PUBLICADO: 12/2023

RESUMO

A inclusão de crianças autistas nas escolas é um tema crucial na busca por uma educação mais igualitária e acessível, tornando-se um tópico central nas discussões educacionais contemporâneas. Pensando nisso, o presente artigo buscou investigar e analisar as práticas de inclusão escolar de crianças autistas da escola Municipal de Ensino Fundamental na cidade de São Félix do Xingu-PA, explorando as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os efeitos observados. Para isso, foi realizada uma revisão abrangente da literatura, estudos de caso e pesquisa de campo. Os resultados esperados, mostraram que a inclusão precisa romper barreiras a fim de obter melhores resultados. Nas conclusões, recomenda-se sobre a necessidade de ser examinadas as diferentes abordagens utilizadas, para garantir a participação ativa e o desenvolvimento integral dessas crianças no ambiente educacional, além de repensar sobre o papel da inclusão, incluindo a adaptação do currículo, suporte individualizado, colaboração entre professores, os grupos familiares, profissionais da saúde e o uso de tecnologias assistivas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Autismo. Avanços.

ABSTRACT

The inclusion of autistic children in schools is a crucial issue in the search for a more equal and accessible education, becoming a central topic in contemporary educational discussions. With this in mind, this article sought to investigate and analyze the school inclusion practices of autistic children at the Municipal Elementary School, in the city of São Félix do Xingu-PA, exploring the strategies adopted, the challenges faced, and the effects observed. To this end, a comprehensive literature review, case studies and field research were carried out. The expected results showed that inclusion needs to break barriers in order to obtain better results. In the conclusions, it is recommended that the different approaches used be examined to ensure the active participation and integral development of these children in the educational environment, in addition to rethinking the role of inclusion, including curriculum adaptation, individualized support, collaboration between teachers, family groups, health professionals, and the use of assistive technologies.

KEYWORDS: Inclusion. Education. Autism. Advances.

RESUMEN

La inclusión de niños autistas en las escuelas es un tema crucial en la búsqueda de una educación más igualitaria y accesible, convirtiéndose en un tema central en los debates educativos contemporáneos. Teniendo esto en cuenta, este artículo buscó investigar y analizar las prácticas de inclusión escolar de niños autistas en la Escuela Primaria Municipal, en la ciudad de São Félix do Xingu-PA, explorando las estrategias adoptadas, los desafíos enfrentados y los efectos observado. Para ello se llevó a cabo una revisión exhaustiva de la literatura, estudios de casos e investigación de campo. Los resultados esperados mostraron que la inclusión necesita romper barreras para obtener mejores resultados. En las conclusiones se recomienda examinar los diferentes enfoques utilizados

¹ Mestranda em Educação (FICS), Pedagoga e Pós-graduada em Gestão e Responsabilidade Social.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

para asegurar la participación activa y el desarrollo integral de estos niños en el entorno educativo, además de repensar el papel de la inclusión, incluyendo la adaptación curricular, el apoyo individualizado, la colaboración entre docentes, grupos familiares, profesionales de la salud y el uso de tecnologías de asistencia

PALABRAS CLAVE: *Inclusión. Educación. Autismo. Avances.*

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação do Mestrado em Ciências da Educação, no qual nos desafiamos a pesquisar sobre o processo de inclusão social de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA) da Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada na cidade de São Félix do Xingu-PA, buscando avanços e possibilidades para contribuir com esse ensino a partir dos documentos, artigos, livros e observação das práticas desenvolvidas na própria escola.

O interesse por esta pesquisa adveio de minha prática docente na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), da cidade de São Félix do Xingu, lotada na Escola Municipal de Ensino Fundamental como Orientadora Pedagógica. Durante anos, pude acompanhar de perto o processo de inclusão nas escolas de São Félix do Xingu, e constatar que muitas mudanças necessitam acontecer para que o ensino seja promissor e satisfatório. Diante do cenário que acompanhei, surgiu a ideia de trabalhar com a inclusão de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista na escola, motivada pelo desejo de melhor assistir essas crianças.

Esta pesquisa teve como objetivo mostrar o cenário da inclusão presente na escola e discutir sobre os desafios enfrentados por pais e alunos durante o processo de inclusão, tais como a necessidade de formação docente específica, o desenvolvimento de estratégias de comunicação eficazes e a criação de um ambiente acolhedor para todos os alunos.

Vale ressaltar que o despreparo profissional foi um dos fatores determinantes para que esse estudo pudesse ser realizado, uma vez que no âmbito educacional existem inúmeros profissionais que não estão aptos a trabalhar com a inclusão e trabalham, uma vez que os desafios serão inevitáveis e diversos, carecendo no mínimo, de uma formação específica.

No decorrer desse estudo, são abordadas questões como a falta de recursos adequados, a resistência de alguns pais e a necessidade de ambientes inclusivos que proporcionem apoio emocional e social. Questões relacionadas à interação entre crianças autistas e seus colegas também serão exploradas, destacando a importância da conscientização e da promoção de um ambiente acolhedor para todos os alunos.

A inclusão pode levar a uma maior compreensão da diversidade, à redução do estigma e à promoção de habilidades de comunicação e interação. No entanto, também são mencionados os efeitos positivos na autoestima e no desenvolvimento cognitivo das crianças autistas, quando inseridos em um ambiente educacional que valoriza suas capacidades individuais.

A metodologia utilizada nesse estudo consiste no estudo bibliográfico, artigos e pesquisa de campo, sendo que esta foi realizada por meio de entrevista com professores, que trabalham com a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

inclusão. Para o estudo bibliográfico, buscamos conhecer os conceitos de Inclusão citados em Decretos e Leis tais como: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que menciona a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). As leis e decretos, asseguram o direito de inclusão no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental, ocorreram as entrevistas com o corpo docente participante desse estudo. Para as entrevistas, foi aplicado um questionário para verificar o nível de satisfação dos educadores quanto ao Ensino Inclusivo implementado na escola. Ao todo, foram entrevistados dois (02) professores.

A apresentação e análise dos resultados discute o que foi observado pela pesquisa de campo na escola. A conclusão da investigação aborda discussões teóricas a partir das questões levantadas através dos resultados e aponta projeções gerais, sugestões para políticas educativas inclusivas e assim, contribuir para uma compreensão mais profunda das práticas de inclusão escolar de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista, oferecendo insights valiosos para educadores, investigadores e profissionais da área.

MÉTODOS

Esta pesquisa é baseada em entrevistas aos profissionais da educação, fonte bibliográfica com materiais tais como livros, artigos, sites e análise documental. O referido estudo se configura como qualitativo, no sentido de que analisa a qualidade da educação na escola, no tocante à inclusão de alunos portadores do Transtorno Espectro Autista.

Para a realização da pesquisa qualitativa, foi utilizado o método de entrevistas, que trouxe dados da realidade e do contexto social no qual o entrevistado está inserido. Por fim, esses dados foram quantificados, analisados e aprofundados de acordo com as informações já conhecidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão social de alunos autistas nas escolas tem se tornado uma pauta crucial na busca por uma educação equitativa e diversificada. Desde a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), o cenário educacional brasileiro passou por transformações no que diz respeito à inclusão de autistas. Essa legislação, estabelecida a acordos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, garante a importância da educação inclusiva e define diretrizes para assegurar a participação de autistas no ambiente escolar.

Diversas teorias e abordagens pedagógicas emergiram ao longo do tempo, moldando a forma como a inclusão de autistas é abordada nas escolas. A Teoria da Comunicação Social (TEACCH), por exemplo, suportou estratégias visuais e organização do ambiente como ferramentas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

eficazes para apoiar a aprendizagem e a comunicação de autistas. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) trouxe a ênfase na mudança de comportamento e no desenvolvimento de capacidades por meio de reforço positivo.

Ao longo das últimas décadas, observou-se um aumento na conscientização sobre a importância da inclusão de autistas, levando a uma maior aceitação e adaptação no ambiente escolar. Os professores têm buscado capacitação para lidar com as necessidades específicas desses alunos, enquanto as escolas implementam currículos e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Contudo, os desafios ainda persistem. A falta de recursos pedagógicos, a necessidade de capacitação contínua para os educadores e a resistência a mudanças em alguns contextos escolares são obstáculos que demandam atenção. Diante desses percalços, Ambrós (2017), afirmou que o primeiro passo a ser dado, frente a essa realidade é compreender a educação especial como sendo uma modalidade de ensino que necessita de um olhar diferenciado.

Ao se tratar sobre autismo, primeiramente deve-se compreender a educação especial como uma modalidade de ensino. Um sistema de educação caracterizado por um público-alvo que necessita de um olhar diferenciado, pois a escola, ao receber os alunos da educação especial, vai precisar reorganizá-la para que todos os alunos, em especial os autistas, tenham sucesso em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo (Ambrós, 2017, p, 212).

A inclusão social de autistas na escola deve evoluir além da mera presença física, visando uma participação plena e significativa. Isso requer a construção de ambientes que promovam a comunicação, a interação social o desenvolvimento acadêmico e emocional de forma holística.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996) destina um capítulo exclusivamente para tratar sobre a Educação Especial, afirmando que:

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

Dessa forma, a oferta de educação especial é um dever do Estado. Vale destacar que a colaboração entre pais, familiares, profissionais de educação/saúde e comunidade em geral é



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

essencial para superar os desafios e promover uma inclusão eficaz. A pesquisa contínua, a adaptação de práticas pedagógicas e o investimento em recursos adequados são passos cruciais para moldar um futuro em que a inclusão de autistas na escola seja uma realidade enriquecedora para todos os envolvidos.

A história da inclusão social de autistas na escola é marcada por avanços, mas também por desafios persistentes. A legislação, as teorias educacionais e as abordagens pedagógicas têm desempenhado um papel fundamental nesse processo. O caminho para uma inclusão verdadeira e eficaz requer uma abordagem colaborativa, buscando criar ambientes educacionais que celebrem a diversidade, promovendo o desenvolvimento pleno e preparando os autistas para uma participação ativa na sociedade.

O Decreto nº 6.949, emitido em 25 de agosto de 2009, é um marco importante no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Esse decreto, também é conhecido como Decreto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é uma peça legislativa crucial que busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas capacidades.

Aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, são tratados internacionais que visam assegurar que as pessoas com deficiência desfrutem de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. O Brasil ratificou esse tratado e, em conformidade com suas disposições, promulgou o Decreto nº 6.949 para efetivamente incorporar os princípios e diretrizes da convenção em sua legislação interna, exigindo que os Estados Partes assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino em ambientes que potencialize o desempenho acadêmico e social, compatível com o objetivo da inclusão total, para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Além do citado no Artigo 24, o Decreto nº 6.949 estabelece uma série de direitos e medidas voltados para a inclusão e participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Alguns dos principais pontos abordados no decreto incluem a acessibilidade, vida independente, acesso à justiça e inclusão na comunidade, dentre outros. O decreto enfatiza a importância da acessibilidade em todos os aspectos da vida, desde o ambiente físico até as comunicações e informações, garantindo que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da sociedade. O decreto reafirma o direito das pessoas com deficiência de viver de forma independente e serem incluídas na comunidade, proporcionando o apoio necessário para alcançar esses objetivos. A legislação reconhece a dignidade inerente das pessoas com deficiência e promove o respeito pela autonomia individual, garantindo que suas escolhas e preferências sejam respeitadas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

O Decreto nº 6.949 também estabelece a criação do Comitê de Acompanhamento da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem a responsabilidade de monitorar a implementação das disposições da convenção no Brasil. Dessa forma, o Decreto representa um passo significativo na proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Ao adotar as diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o país se compromete a trabalhar ativamente para garantir a inclusão, igualdade e respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades.

Por fim, a inclusão de alunos portadores de qualquer necessidade especial, seja ele autista ou não é um direito assegurado por lei e um passo fundamental em direção a uma sociedade mais igualitária e diversificada. Ao reconhecer e valorizar as necessidades individuais de cada aluno autista, as escolas não apenas cumprem com seu papel de proporcionar educação de qualidade para todos, mas também enriquecem a experiência educacional de todos os estudantes.

A inclusão não é apenas uma medida legal ou ética; é uma oportunidade de construir uma comunidade escolar mais empática, onde a diversidade é celebrada e as barreiras são superadas em prol do crescimento de todos. Ao adotar práticas inclusivas, as escolas promovem a aceitação, a compreensão e a colaboração entre os alunos, preparando-os para um mundo que valoriza as habilidades únicas de cada indivíduo.

No entanto, a inclusão eficaz requer comprometimento contínuo, capacitação adequada para educadores e recursos adequados para atender às necessidades variadas dos alunos autistas. Com uma abordagem sensível e adaptativa, as escolas podem criar um ambiente que permita que cada aluno, independentemente de suas diferenças, alcance seu pleno potencial acadêmico, social e emocional.

Portanto, ao investir na inclusão de alunos autistas, as escolas não apenas estão investindo no sucesso individual desses alunos, mas também estão contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e enriquecedora para todos os cidadãos, reforçando o princípio fundamental de que a educação é um direito de todos e para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: RESUMO DO HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental fica localizada na cidade de São Félix do Xingu, e atende atualmente: 460 alunos no Ensino Fundamental do (1º ao 9º Ano).

A escola atende hoje, 07 crianças com diagnóstico confirmado de Transtorno do Espectro Autista e mais 15 crianças suspeitas, estão sendo avaliadas, aguardando o laudo. Essas crianças que são suspeitas, são atendidas normalmente até que seja concluído o diagnóstico delas. A instituição de ensino, apesar de vivenciar inúmeros desafios diariamente, busca inovar o ensino, sendo uma escola acolhedora, democrática e que prioriza o saber e a inclusão.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

PONTO DE VISTA DOS COLABORADORES ENTREVISTADOS

Selecionamos dois, dos nove docentes da escola, que trabalham com as crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista, a fim de ouvi-las acerca do ensino inclusivo e das dificuldades enfrentadas por eles. Para o bom andamento da entrevista, foi elaborado um questionário contendo algumas perguntas sobre a inclusão e o seu funcionamento no ambiente escolar. O objetivo do questionário é identificar se existe algum problema relacionado à inclusão na escola e quais medidas podem ser adotadas para solucioná-las.

Abaixo, está o modelo do questionário que foi utilizado com os entrevistados e as respostas deles, utilizamos (*Professor 1*) e (*Professor 2*), para referirmos aos entrevistados a fim de preservar a identidades deles. Foram ouvidos separadamente cada um dos entrevistados e em momentos distintos, as mesmas perguntas foram aplicadas a todos os participantes da pesquisa.

Questionário sobre inclusão de crianças autistas na escola de Ensino Fundamental.

- 1) Quais os desafios enfrentados na escola referente a inclusão de alunos portadores de necessidade especial?

- 2) A escola tem algum programa de assistência voltado a esses alunos?

- 3) O ensino é inclusivo? Como inseri-los no contexto educacional junto de crianças não portadoras do Transtorno do Espectro Autista?

- 4) Os professores recebem apoio, treinamento e orientação sobre como lidar com a inclusão em sala de aula?

- 5) A Secretaria de Educação do município, oferece material complementar, palestras e assistência estudantil para os alunos e professores?

- 6) Como é o relacionamento entre a escola, os pais ou responsáveis pelas crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista?



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

7) Os alunos são assistidos fora do ambiente escolar?

8) O que a instituição de ensino pode fazer para melhorar a educação inclusiva no ambiente escolar?

Fonte: própria autoria

Discutindo sobre os principais desafios enfrentados na escola referente à inclusão de alunos portadores de necessidades específicas o “(Professor 1), afirmou que a falta de apoio pedagógico e uma formação/treinamento especial faz muita falta, que a inclusão ainda é um desafio a ser vencido.” O “(Professor 2); a ausência de materiais pedagógicos e a falta de apoio por parte da secretaria são os maiores desafios”.

A escola tem algum programa de assistência voltado a esses alunos? “(Professor 1) e (Professor 2), disseram que a escola não oferece um programa de apoio específico a esses alunos. O único apoio é a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE)”.

O ensino é inclusivo? Como inseri-los no contexto educacional junto de crianças não portadoras do Transtorno do Espectro Autista? “(Professor 1); a escola tenta fazer o seu melhor, adaptando o currículo a necessidades dos alunos, durante os dias letivos, por um período de 60 minutos nós professores auxiliares, levamos as crianças para a sala de recursos multifuncionais, e lá, aplicamos jogos, e todos os recursos disponibilizados com eles. Quando todos estão juntos, reforçamos sobre a importância de respeitarmos as nossas diferenças”. “(Professor 2); acredito que todos nós, dentro da realidade, fazemos o possível para incluir nossas crianças, usamos todo material didático que temos disponível a nosso favor”.

Os professores recebem apoio, treinamento e orientação sobre como lidar com a inclusão em sala de aula? “(Professor 1); não. Somos assistidos apenas pela coordenação da escola e utilizamos o nosso conhecimento e experiência no dia a dia”. “(Professor 2); a coordenação da escola nos fornece ajuda como podem, mas sem grandes avanços”.

A Secretaria de Educação do município oferece material complementar, palestras e assistência estudantil para os alunos e professores? “(Professor 1); não. Eles são cientes da realidade da escola, não só da nossa, porém, não recebemos nada voltado à inclusão, advindo deles”. “(Professor 2); não. A secretaria não fornece apoio nenhum referente à inclusão”.

Como é o relacionamento entre a escola os pais ou responsáveis pelas crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista? “(Professor 1); mediano, alguns pais não têm condições financeiras de oferecer um tratamento adequado à criança, devido não termos em nossa cidade



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

especialistas na área e, assim, tudo que as crianças recebem em termos de inclusão é o apoio da escola”. “(Professor 2); O relacionamento é bom, os pais são participativos, assíduos na vida dos filhos e isso contribui para o ensino”.

Os alunos são assistidos fora do ambiente escolar? “(Professor 1); em alguns casos sim, como disse anteriormente, em nossa cidade não temos especialistas na área, e quando as crianças precisam de apoio médico, eles precisam se retirar para outra cidade, sobre apoio da escola fora do ambiente escolar, também não”. “(Professor 2); não. Os alunos, na maioria das vezes, só são assistidos no ambiente escolar e aqueles casos que são mais delicados é feito um encaminhamento por meio do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para as cidades circunvizinhas que dispõe de recursos”.

O que a instituição de ensino pode fazer para melhorar a educação inclusiva no ambiente escolar? “(Professor 1); adotar um plano de formação continuada e de capacitação no âmbito educacional para os professores sobre inclusão, oferecer material pedagógico de qualidade, oferecer palestras com profissionais sobre o tema e uso de tecnologias assertivas para facilitar o ensino”. “(Professor 2); investir em formação sobre a educação inclusiva, fazer capacitação com os professores auxiliares e ações em parceria com a secretaria de educação e a escola, investir em recursos que facilite o diagnóstico precoce e recursos didáticos para serem usados em sala de aula com as crianças”.

Diante do relato dos entrevistados, é possível ter uma noção dos desafios enfrentados por eles. A falta de capacitação profissional, de apoio com materiais didáticos e até mesmo recursos financeiros por parte das famílias, são alguns dos inúmeros desafios da inclusão.

O questionário serviu ainda que de forma sucinta, para confirmar aquilo que já imaginávamos, a inclusão precisa de melhorias urgentes. Conforme o relato do entrevistados, a Secretaria de Educação coloca esses profissionais no mercado de trabalho sem o mínimo de preparo possível, e sabemos que o ensino inclusivo é diferente do ensino tradicional. Parte dos resultados negativos advém dessa prática, lotar um profissional sem antes prepará-lo, sem antes assisti-lo, treiná-lo para aquela prática docente.

Ressaltamos que o nosso objetivo aqui não é criticar a forma como a Secretaria de Educação conduz seu quadro de funcionários, apenas ressaltar que é preciso um esforço maior, um treinamento, uma capacitação, um investimento para os profissionais que irão trabalhar com a inclusão, uma vez, que os relatos apresentados na escola não deixa dúvidas, melhorias precisam serem aplicadas o mais rápido possível.

CONSIDERAÇÕES

A partir dos resultados da investigação sobre a inclusão de alunos autistas na escola pudemos apontar o perfil dos professores envolvidos na Educação Inclusiva, suas expectativas,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

anseios e projeções acerca do ensino. As considerações apontadas pelos entrevistados, mostram que o ensino inclusivo anda longe de estar satisfatório.

A pesquisa aponta para a importância de um currículo que atenda às necessidades da inclusão no âmbito escolar, preparando esses profissionais da educação para o mercado de trabalho. Os professores entrevistados também mencionam sobre a importância de se ter nas escolas professores com Especialização em Educação Inclusiva ou pelo menos um curso de capacitação, de forma que haja profissionais preparados para atuar com essa proposta de ensino e assim executá-la com êxito.

Por fim, observamos nessa pesquisa todos os fatores necessários para o bom andamento da inclusão na escola. A escola precisa estar com o seu quadro de docentes preparados para colocar em prática e assegurar essa proposta de inclusão no ensino, com recursos e formação adequados. Contextualizando os momentos históricos da trajetória da Educação Inclusiva por meio de políticas desenvolvidas, esta pesquisa aponta algumas sugestões que poderiam ser desempenhadas para melhor eficiência nessa modalidade de ensino, destacando os avanços, as barreiras enfrentadas e as perspectivas futuras, com base em contextos legais, teorias educacionais e abordagens pedagógicas.

E em última análise, promover a inclusão de crianças autistas na escola requer um compromisso contínuo com o desenvolvimento de estratégias eficazes, a superação de desafios e o reconhecimento dos impactos positivos que essa abordagem pode trazer para toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AMBRÓS, Danielli Martins. O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão. *In: 1º Seminário Luso- Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e aprendizagem em discussão*. Editora PUC, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-3/completo-3.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROMOVENDO A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS, DESAFIOS E IMPACTOS
Eliane Dias Correia Oliveira

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.